

ARTIFICIALIDADE E INSUFICIÊNCIA DA CLASSIFICAÇÃO DE KANT QUANTO AOS ARGUMENTOS TEÍSTAS

[ARTIFICIALITY AND INSUFFICIENCY OF KANT'S CLASSIFICATION REGARDING THEISTIC ARGUMENTS]

Eduardo Ramos
Universidade Federal do Pará, Brasil
Arthur Henrique Soares dos Santos
Universidade Federal do Pará, Brasil

RESUMO: Na Dialética Transcendental, da Crítica da razão pura (1787), Kant defende a impossibilidade dos argumentos teístas, a saber: o ontológico, o cosmológico e o físico-teológico. Contudo, sua objeção depende de sua classificação dos argumentos teístas, a qual recebe críticas de filósofos analíticos da religião como Plantinga (2012) e Swinburne (2019). Por isso, o presente artigo pretende investigar criticamente dois problemas relativos à tal classificação: os critérios sistemáticos de sua classificação e a suficiência histórica das suas três provas teístas. Quanto ao primeiro problema, defender-se-á que é possível reconhecer uma certa artificialidade sistemática na classificação de Kant das provas teístas, tendo em vista as críticas de Strawson (1966) e Hegel (1812, 1830), além da crítica interna desenvolvida pelos autores deste trabalho. Quanto ao segundo problema, argumentar-se-á que é possível indicar-se uma determinada insuficiência histórica na classificação de Kant das três provas teístas, visto a partir das críticas focadas brevemente sobre alguns teólogos clássicos, tais como Anselmo, Aquino e Al-Ghazali. Por fim, uma vez justificado que a objeção de Kant depende de tal classificação possivelmente artificial e insuficiente, será indicado, sucintamente, que Kant não parece tão justo quanto ele pretendia em sua objeção aos argumentos teístas.

PALAVRAS-CHAVE: argumento ontológico; argumento cosmológico; argumento físico-teológico; Kant

ABSTRACT: In the Transcendental Dialectic of the Critique of Pure Reason (1787), Kant argues for the impossibility of theistic arguments, namely the ontological, cosmological, and physico-theological arguments. However, his objection relies on his classification of theistic arguments, which has been criticized by analytical philosophers of religion such as Plantinga (2012) and Swinburne (2019). Therefore, this paper aims to critically investigate two problems related to this classification: the systematic criteria of its classification and the historical sufficiency of its three theistic proofs. Regarding the first problem, it will be argued that it is possible to recognize a certain systematic artificiality in Kant's classification of theistic proofs, given the criticisms of Strawson (1966) and Hegel (1812, 1830), as well as the internal critique developed by the authors of this work. Regarding the second problem, it will be argued that it is possible to indicate a certain historical insufficiency in Kant's classification of the three theistic proofs, based on brief critiques focused on some classical theologians such as Anselm, Aquinas, and Al-Ghazali. Finally, once it is justified that Kant's objection depends on this possibly artificial and insufficient classification, it will be briefly indicated that Kant does not seem as justified as he intended in his objection to theistic arguments.

KEYWORDS: ontological argument; cosmological argument; physical-theological argument; Kant

* *Doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007). Coordenador do PARFOR de Filosofia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Professor da Universidade Federal do Pará. E-mail: shuniatta@gmail.com.* ** *Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: santosarthursoares@gmail.com*

INTRODUÇÃO

No terceiro capítulo do segundo livro da Dialética Transcendental da *Crítica da razão pura* (*KrV*) de Kant (1787), nas seções que vão de 4 a 6, há uma discussão acerca “Dos argumentos da razão especulativa para inferir a existência de um ente supremo” (*KrV*, B 611), normalmente referido como Deus. Enquanto objeto da razão especulativa, tal tipo de raciocínio é uma cognição teórica orientada para algo fora do alcance da experiência (*KrV*, B 662), o que é uma das características de Deus (AK VIII, 999). Tal questão ocupa também alguns trechos das *Lições sobre a doutrina filosófica da religião*, curso proferido por Kant na Universidade de Königsberg provavelmente em meados de 1783 (CUNHA, 2019, p. 20), mesmo ano de publicação de seus *Prolegômenos*. A respeito deste tema, o filósofo afirma que “Há somente três espécies possíveis de provas da existência de Deus a partir da razão especulativa” (*KrV*, B 618). Na sistematização feita por Kant, tais provas são a ontológica, a cosmológica e a físico-teológica – sendo esta última chamada por vezes de *teleológica* por filósofos da tradição analítica (PLANTINGA, 2012, p. 103; SWINBURNE, 2019, p. 183)¹.

Progreindo da prova mais transcendental para a mais empírica, Kant conclui que todas as três provas especulativas da existência de Deus são impossíveis (*KrV*, B 620, B 631, B 648). Dessa forma, a filosofia transcendental de Kant conclui que a razão especulativa não tem capacidade de alcançar o propósito de provar a existência de um ente supremo (*KrV*, B 667) – embora isso não elimine, para ele, a possibilidade de admitir a existência de Deus a partir da razão prática, com suas leis absolutamente necessárias (*KrV*, B 662; *KpV*, A 233). Essa conclusão, para Kant, é um serviço prestado à teologia, libertando-a da “especulação dogmática” a fim de protegê-la de seus oponentes (*Prologomena*: 383).

Parte dessa objeção kantiana, no entanto, repousa sobre sua classificação triplíce dos argumentos teístas. Contudo, tal divisão têm sido objeto de crítica por parte de filósofos analíticos da religião como Alvin Plantinga (2012, p. 95) e Richard Swinburne (2019, p. 36-37), os quais afirmam que ela é insuficiente para comportar a variedade de argumentos teístas existentes na história da filosofia. Por conta disso, o presente artigo visa analisar criticamente, do ponto de vista sistemático e histórico, a formulação da classificação kantiana dos argumentos a favor da existência de Deus. Defender-se-á que tal divisão tem dois problemas: a) sua artificialidade, ao ser moldada com base no sistema de Kant e não nos argumentos propriamente ditos, e b) sua insuficiência, por não esgotar as possibilidades históricas de provas teístas.

Tendo isso em vista, primeiro será reconstruído o quadro geral da crítica de Kant aos argumentos teístas. Em segundo lugar, será discutida, a partir de Strawson (1966), Hegel (1812, 1830) e de contribuições autorais, a artificialidade da divisão triplíce das provas teístas. Em terceiro lugar, através de um mapeamento de argumentos tanto dos medievais a favor da existência de Deus (Anselmo, Aquino, Al-Ghazali) como da crítica dos filósofos analíticos (Swinburne, 2019), será indicada a insuficiência da classificação triplíce de Kant. A implicação disso, como será visto, é que, uma vez que a divisão feita por Kant é parte de sua objeção geral aos argumentos teístas, a própria objeção se torna, em certo sentido, problemática por sua artificialidade e insuficiência e, deste modo, é possível concluir que há, em princípio, um resquício de incerteza na demonstração de Kant sobre a impossibilidade de provar a existência de Deus.

QUADRO GERAL DA CRÍTICA DE KANT AOS ARGUMENTOS TEÍSTAS

A tese de Kant de que os argumentos especulativos a favor da existência de Deus são impossíveis começa a partir de sua classificação acerca das “provas teístas”. Ele afirma: “A primeira prova é a *físico-teológica*, a segunda é a *cosmológica*, e a terceira é a *ontológica*. Não há nem pode haver um número maior de provas” (*KrV*, B 619, *grifos do autor*). A partir de tal divisão triplíce, Kant estabelece seu método de refutação em três

passos: 1) elaborar uma crítica ao argumento ontológico (*KrV*, B 620-630), 2) elaborar uma crítica ao argumento cosmológico (*KrV*, B 631-648), e 3) elaborar uma crítica ao argumento físico-teológico (*KrV*, B 648-658).

A respeito de tal estratégia argumentativa, deve ser percebido que Kant formula sua refutação de modo a considerar primeiro a prova mais transcendental e depois a prova mais empírica para aumentar a força demonstrativa de sua crítica (*KrV*, B 619). A ordem disposta por Kant é fundamental para isso porque, dada a sua argumentação, a cada passo na refutação, as provas teístas se tornam cada vez mais enfraquecidas até sua total impossibilidade.

Para compreender isso, deve-se notar que Kant primeiro defende a impossibilidade do argumento ontológico em todas as suas versões conhecidas até então (*KrV*, B 630). De acordo com a descrição de Kant, a prova ontológica parte do conceito de Deus como um *ens realissimum*, o qual contém em si todas as realidades. Assim, o argumento segue dizendo que “a existência também é uma realidade. Logo, o *ens realissimum* tem de existir necessariamente. Por isso, se alguém afirma que Deus não existe, nega dessa forma algo no predicado que, contudo, já se encontra no sujeito. Com efeito, haveria uma contradição aqui” (AK VIII, 1027). Tendo como base essa explicação do argumento, Kant elabora sua refutação.

Desenvolvendo a percepção de Faggion (2011, p. 69) de que há mais de uma crítica de Kant ao argumento ontológico, Mandeli defende que a objeção de Kant à prova ontológica é pautada em quatro argumentos (2013, p. 34, 37, 41, 47)². O primeiro é uma crítica à falta de compreensão clara do conceito de um ente absolutamente necessário, de modo que a compreensão de tal conceito, por falar daquilo que é incondicionado, está fora das condições possíveis para que o entendimento considere algo como necessário (*KrV*, B 620-621). No segundo argumento, Kant defende que é impossível gerar uma contradição a partir da negação da existência de Deus, dado que tal proposição seja existencial (*KrV*, B 622-623), o que leva até mesmo ao debate sobre a natureza da modalidade (FAGGION, 2011, p. 78-79). Com o terceiro argumento, Kant, assumindo que a distinção analítico/sintético é exaustiva, busca mostrar que, se a proposição de que Deus existe for sintética, então é impossível gerar a contradição a partir da negação da existência de Deus; no caso de ser analítica, então a existência de uma coisa não acrescenta nada ao conceito de tal coisa e é “miseria tautologia” (*KrV*, B 625-626). Já no quarto argumento, igualando “existência” e “ser”, há a objeção kantiana de que a existência não é um predicado real, o que impossibilitaria o argumento ontológico de pensar a existência como uma qualidade que concede grandiosidade ao ser (*KrV*, B 626-629). Com base em tais críticas, o argumento ontológico é rejeitado por Kant como algo impossível.

Em segundo lugar, Kant se dedica à procura da refutação do argumento cosmológico, descrito por ele, com base em Leibniz, da seguinte forma: “se algo existe, também tem que existir um ente absolutamente necessário. Ora, pelo menos eu existo. Logo, existe um ente absolutamente necessário” (*KrV*, B 632-633). Como Kant nota, esta prova parte de uma experiência em geral, de modo que ela é distinta da ontológica. Contudo, ele afirma que a experiência logo é abandonada por este argumento a fim de dar conta das predicções de um ente absolutamente necessário, chegando ao ente de suprema realidade. Entretanto, o filósofo afirma que tal inferência é, na verdade, inteiramente fundamentada no argumento ontológico (*KrV*, B 635); por conseguinte, como o argumento ontológico é impossível, então o cosmológico também é impossível.

Em terceiro lugar, Kant analisa o chamado argumento físico-teológico, o qual busca verificar “se uma *experiência determinada*, por conseguinte a experiência das coisas do mundo presente, sua natureza e sua ordem, não fornece um argumento que possa auxiliar-nos seguramente na convicção a respeito de um ente supremo” (*KrV*, B 648, *grifos do autor*). Contudo, o filósofo diz que o conceito de um ente supremo ultrapassa em muito tudo aquilo que a experiência pode mostrar (*KrV*, B 649). Por conta do uso de tal conceito, Kant chega à conclusão de que o argumento físico-teológico é baseado no cosmológico, o qual por sua vez é baseado no ontológico (*KrV*, B 657); dessa forma, a impossibilidade do argumento ontológico leva à respectiva impossibilidade dos

argumentos cosmológico e físico-teológico.

Com base no que foi dito, “o poder das críticas de Kant às provas cosmológica e físico-teológica é radicalmente dependente de suas críticas à prova ontológica” (WOOD, 1978, p. 99, *tradução própria*). Uma vez que, de acordo com Kant, estas são as únicas três provas a favor da existência de um ser supremo, então, caso a sua argumentação tenha sucesso, todos os argumentos a favor da existência de Deus são impossíveis.

Tendo em vista tal organização argumentativa, é possível perceber que Kant busca desferir três golpes sucessivos às denominadas provas teístas da razão especulativa, de modo que a força demonstrativa da argumentação kantiana cresce progressivamente até chegar a uma objeção fatal aos argumentos teístas mediante a crítica ao argumento físico-teológico. Allen Wood explica tal organização ao dizer que a estratégia de Kant visa “destruir pouco a pouco a prova ontológica e então arguir que as duas outras provas tacitamente a pressupõem, e por isso elas falham, por um tipo de efeito dominó” (WOOD, 1978, p. 97, *tradução própria*). Progressivamente, se a prova ontológica falha, então falham as duas outras provas posteriores (cosmológica e físico-teológica); regressivamente, se a prova físico-teológica falha é porque falharam as duas provas anteriores (cosmológica e ontológica). Isso significa que há um argumento cumulativo de Kant contra as provas teístas, de maneira que a refutação de cada argumento é um grau a mais na destruição total da possibilidade de tais provas.

Além das interpretações oferecidas por Faggion (2011), Mandeli (2013) e Wood (1978), pode-se indicar aqui uma contribuição alternativa sobre esta questão no intuito de fazer uma análise crítica das objeções de Kant aos argumentos teístas mediante uma representação geral da estrutura lógica e formal dos seus argumentos, nestes trechos da Dialética Transcendental, levando em consideração o aspecto sucessivo do seu raciocínio, tanto em sentido progressivo como regressivo. Com efeito, de um lado, a objeção de Kant pode ser vista como um argumento sucessivo tanto progressivamente à medida que constrói a impossibilidade das provas teístas ao ir do argumento ontológico até o físico-teológico, como regressivamente à medida que sua crítica pode ser reconstruída indo do físico-teológico ao ontológico. De outro lado, do ponto de vista lógico e formal, a objeção geral de Kant aos argumentos teístas, sem os argumentos secundários que sustentam as premissas, pode ser vista como um argumento formado por seis premissas e uma conclusão, de modo que as premissas são combinadas em ordem progressiva e regressiva mediante a seguinte estrutura geral:

- (1) A existência de Deus pode ser demonstrada teoricamente se e somente se (a) o argumento ontológico é possível ou (b) o argumento cosmológico é possível ou (c) o argumento físico-teológico é possível.
- (2) O argumento físico-teológico é possível se e somente se o argumento cosmológico for possível.
- (3) O argumento cosmológico é possível se e somente se o argumento ontológico for possível
- (4) O argumento ontológico não é possível.
- (5) O argumento cosmológico não é possível. [de 3 e 4]
- (6) O argumento físico-teológico não é possível. [de 2 e 5].
- (7) Logo, a existência de Deus não pode ser demonstrada teoricamente. [de 1, 4, 5 e 6].

Esta é a representação geral que resulta de uma análise lógico-formal dos argumentos de Kant contra as provas teístas na Dialética Transcendental, a qual, por comodidade, será aqui chamada de Objeção de Kant aos Argumentos Teístas (abreviada por OKAT). Existem ainda argumentos específicos a favor das premissas (2), (3) e (4), as quais são as objeções kantianas a cada prova teísta classificada pelo filósofo, e que, por questão de economia, foram suprimidas em OKAT. O argumento geral OKAT é logicamente válido, o que significa que, se suas premissas forem verdadeiras, então a conclusão também será verdadeira. Por esse motivo, uma crítica ao raciocínio de Kant não pode ser dirigida à estrutura lógica de OKAT, mas sim ao conteúdo ou valor de verdade das suas premissas, visando demonstrar que uma ou mais premissas são falsas.

A premissa (1) é pressuposta por Kant quando ele diz que só existem três provas da

existência de Deus a partir da razão especulativa (*KrV*, B 618-619). A premissa (2) é resultado da objeção de Kant ao argumento físico-teológico (*KrV*, B 657). A premissa (3) é resultado da crítica de Kant ao argumento cosmológico (*KrV*, 635). Por fim, a premissa (4) é a conclusão do raciocínio de Kant contra o argumento ontológico (*KrV*, B 630). Do ponto de vista regressivo, tal estrutura argumentativa de OKAT perpassa as premissas (2), (3) e (4) – i. e., vai do argumento físico-teológico ao cosmológico até chegar ao ontológico; do ponto de vista progressivo, ela transpassa as premissas (4), (5) e (6) – i. e., vai do argumento ontológico ao cosmológico até atingir o físico-teológico. Tais afirmações em OKAT é que sustentam a conclusão de Kant de que as denominadas provas teístas não são bem-sucedidas na demonstração da existência de Deus. E, de acordo com ele, o que ele diz a respeito disso é “compreensível, evidente e conclusivo” (*Prol AA04*: 348).

Com base no que foi visto, deve ser percebido que a conclusão da OKAT depende da pressuposição feita pelo filósofo na primeira premissa de que existem apenas três argumentos teístas. Se esta afirmação for falsa, o conteúdo das demais premissas se torna problemático, independentemente de sua ordem progressiva ou regressiva, de modo que tais premissas como um todo não podem levar à conclusão de que os argumentos teístas são impossíveis – afinal, neste caso, haveria outras possibilidades de raciocínios a favor da existência de Deus. Nos próximos tópicos será investigada a formulação da classificação que Kant faz dos argumentos teístas, de modo que seja revelada a artificialidade e insuficiência de tal classificação, colocando em dúvida a primeira premissa da OKAT.

ARTIFICIALIDADE DA CLASSIFICAÇÃO DE KANT DOS ARGUMENTOS TEÍSTAS

A artificialidade da classificação de Kant quanto aos argumentos teístas será examinada aqui sob dois pontos de vista: a) as críticas de artificialismo feitas a Kant por Strawson (1966); b) a crítica quanto à relação de tal classificação kantiana as próprias divisões internas da tábua das categorias.

3.1 Artificialidade da divisão triplíce de Kant acerca dos argumentos teístas: crítica de Strawson

A *KrV* sem dúvida é marcada pela sistematização teórica. Kant deixa claro que buscava isso em vários trechos de sua obra, como quando fala da filosofia da razão pura como sendo o “sistema da razão pura” (*KrV*, B 869). Dessa forma, “a filosofia pura pode ser posta na forma de um único *sistema* articulado de conceitos, proposições e regras” (LOPARIC, 2005, p. 9, *grifo do autor*). Obviamente, a sistematização em si não é um problema; pelo contrário, sistematizar argumentos e ideias é algo muito importante na filosofia analítica posterior à Kant. Contudo, Strawson nota um possível problema em Kant: sua sistematização é acompanhada por uma artificialidade que acompanha vários estágios da *KrV* (STRAWSON, 1966, p. 31), de modo que tal artificialidade também pode ser encontrada na Dialética Transcendental, parte da obra em que Kant discute os argumentos a favor da existência de Deus (STRAWSON, 1966, p. 157).

A artificialidade discutida por Strawson deve ser percebida desde a Analítica Transcendental, quando são estabelecidas por Kant as categorias do entendimento. Seu procedimento é primeiro formular uma tábua dos juízos, embasada na lógica formal de seu tempo (*KrV*, B 95) para, com base nela, fundamentar todas as funções do entendimento (*KrV*, B 106). Assim, Kant chega à conclusão de que a função do pensamento “pode ser reconduzida a quatro títulos, cada um deles contendo três momentos” (*KrV*, B 95). Dessa maneira, existem, de acordo com Kant, doze tipos de juízos, divididos em quatro classes de três. A partir deles é formulada a tábua das categorias, também dividida da mesma forma, sendo que cada categoria corresponde a

uma forma lógica de juízo, totalizando doze categorias divididas em quatro classes de três³.

É justamente esta divisão que estabelece a sistematização de toda a *KrV*. Como afirma Strawson, ao comentar a estrutura geral de tal obra, “A lista de doze categorias em quatro grupos de três permanece conosco, de qualquer forma, para impor suas próprias artificialidades de disposição em vários estágios do livro” (1966, p. 31, *tradução própria*). Uma esquematização quádrupla é mantida em várias passagens da Dialética Transcendental – porém, não em todas –, como por exemplo na divisão das ideias da alma (*KrV*, B 402) e do mundo (*KrV*, B 443), cujos problemas lógicos serão revelados, respectivamente, na forma de quatro paralogismos (*KrV*, A 348-380) e de quatro antinomias (*KrV*, A 420-458; B 454-489).

Contudo, no que diz respeito à ideia de Deus, Kant faz, como visto na seção anterior, uma divisão tríplice de argumentos a favor da existência de tal ser, e não quádrupla, como era de se esperar em semelhança às ideias de mundo e de alma. A mesma classificação em três é encontrada no que diz respeito às ideias transcendentais: alma, mundo e Deus (*KrV*, B 391-392). Dessa forma, ao longo da Dialética Transcendental, há o esquema de divisão das três ideias racionais (alma, mundo e Deus) de modo quádruplo e tríplice, sendo esta última partição presente apenas nas considerações acerca dos argumentos teístas.

O primeiro passo para compreender o motivo de Kant dividir os argumentos teístas em três tem por base a divisão da tábua lógica dos juízos, que contém quatro classes: (1) quantidade, (2) qualidade, (3) relação e (4) modalidade. Em cada classe estão agrupados três tipos de juízos, da seguinte maneira:

- Quantidade: (a) universais, (b) particulares e (c) singulares
- Qualidade: (a) afirmativos, (b) negativos e (c) infinitos
- Relação: (a) categóricos, (b) hipotéticos e (c) disjuntivos
- Modalidade: (a) problemáticos, (b) assertóricos e (c) apodíticos (*KrV*, B 95).

Kant acreditava que esta tábua lógica dos juízos seria o fio condutor para a descoberta da tábua das categorias, tanto que ele inclui a tábua das categorias no início da “Seção segunda do fio condutor para a descoberta de todos os conceitos puros do entendimento” (*KrV*, B 95)⁴. Dessa forma, a tábua das categorias é baseada inteiramente na tábua lógica dos juízos, tendo a tábua das categorias a seguinte estrutura:

- Quantidade: (a) unidade, (b) pluralidade e (c) totalidade
- Qualidade: (a) realidade, (b) negação e (c) limitação
- Relação: (a) inerência e subsistência, (b) causalidade e dependência, e (c) comunidade
- Modalidade: (a) possibilidade-impossibilidade, (c) existência-não existência, e (c) necessidade-contingência (*KrV*, B 106).

De acordo com Kant, a divisão tríplice de cada classe dentro das tábuas dos juízos e das categorias é uma necessidade do sistema da razão pura. Ele explicita isso ao fazer a observação de que “Em cada classe o número das categorias é sempre igual, a saber três. [...] toda divisão *a priori* mediante conceitos precisa ser uma dicotomia. A isso é acrescido que a terceira categoria surge sempre da ligação da segunda com a primeira de sua classe” (*KrV*, B 110). Portanto, há uma dicotomia de categorias e uma síntese que resulta em uma terceira, de modo que essa estrutura tríplice se mantém em toda “toda divisão *a priori* mediante conceitos” (*KrV*, B 110), o que certamente inclui vários usos da razão, como é o caso da divisão dos argumentos teístas e das ideias transcendentais. Kant adverte ainda que na subdivisão em três categorias estas são relacionadas e independentes entre si, e não derivadas uma das outras: “Não se pense, porém, que em vista disso a terceira categoria seja um conceito meramente derivado e não um conceito primitivo do entendimento” (*KrV*, B 111).

Quanto à divisão tríplice das ideias transcendentais, feita por Kant, esta pode ser vista, inicialmente, na seguinte passagem:

Da relação natural que o uso transcendental do nosso conhecimento tanto em silogismo quanto em juízos tem que ter com o uso lógico, concluímos que haverá somente três modos de inferências dialéticas que se relacionam com as três espécies de inferências pelas quais a razão pode chegar a conhecimentos a partir de princípios e que a tarefa da razão consiste sempre em ascender da síntese condicionada, à qual o entendimento permanece sempre ligado, à incondicionada, que ele jamais pode alcançar. (*KrV*, B 390, *grifos nossos*).

Esse trecho expõe o critério utilizado por Kant para desvendar as ideias transcendentais, deixando claro que tal receita é guiada pela relação que o uso transcendental do conhecimento tem com o uso lógico, sendo este último descoberto na tábua lógica dos juízos. Disso Kant conclui que haverá apenas três modos de inferências dialéticas, o que indica que neste ponto ele se baseia nas divisões tríplexes que são feitas na tábua dos juízos e, precisamente, das categorias de relação.

O resultado desse trecho da investigação de Kant é que existem três ideias transcendentais, a saber: alma (sujeito pensante), mundo (conjunto completo de todos os fenômenos) e Deus (ente de todos os entes) (*KrV*, B 391-392). A conclusão acerca de tais ideias não é, de modo algum, arbitrária. Pelo contrário, Kant defende que as representações de relações que podem ser feitas a partir de juízos lógicos são três: com relação ao sujeito, com relação ao objeto e com relação a todas as coisas (*KrV*, B 390-391). Segundo Kant, tais modos de representação “seguem o fio condutor das categorias” (*KrV*, B 392).

Em particular, ao analisar a tábua dos juízos de relação, percebe-se que cada tipo de juízo nesta classe leva a uma ideia transcendental, o que Kant explicita ao dizer:

[...] só na abordagem completa esclarecer-se-á como a razão – unicamente mediante o uso sintético da mesma função da qual se serve para o silogismo categórico – tenha de chegar necessariamente ao conceito da unidade absoluta do *sujeito pensante*; como procedimento lógico nos silogismos hipotéticos tenha que implicar ideias do absolutamente incondicionado *em uma série* de condições dadas; finalmente, como a simples forma do silogismo disjuntivo tenha que implicar o conceito racional supremo de um *ente de todos os entes*; um pensamento que à primeira vista parece ser extremamente paradoxal. (*KrV*, B 392-393).

Nesse trecho fica claro que a organização tríplex na tábua dos juízos de relação molda a divisão também tríplex dos silogismos e das ideias transcendentais que lhes são correspondentes, de modo que há uma associação geral descrita da seguinte maneira:

- 1) Categoria de substância: silogismo categórico → sujeito pensante (alma);
- 2) Categoria de causalidade: silogismo hipotético → série de condições dadas (mundo);
- 3) Categoria de comunidade: silogismo disjuntivo → ente de todos os entes (Deus).

Kant acreditava que, com essa divisão, “se pode ter plena certeza de que todas as pretensões da razão pura estão aqui inteiramente representadas, sem que possa faltar uma única delas, pois a própria faculdade da razão, da qual todas se originam, fica assim completamente mensurada” (*Prol AA04*: 330). De qualquer forma, o que foi dito até aqui mostra que Kant tem um objetivo de sistematização ao agrupar as ideias transcendentais de forma tríplex, seguindo a divisão tríplex das categorias da relação.

O mesmo tipo de divisão está contido nas *Lições sobre a doutrina filosófica da religião* de Kant. Em tais lições, Kant divide o que ele chama de “teologia transcendental” em três: ontoteologia, cosmoteologia e fisicoteologia (AK VIII, 1013, 1047, 1063). Falando da maneira como os seres humanos se referem a Deus, tal ser é pensado como “*Ser originário*”, “*Ser supremo*” e “*Ser de todos os seres*” (AK VIII, 1012-1013). Além disso, quando Kant discorre sobre tal ser no que diz respeito à sua relação com o mundo, Deus é analisado enquanto “causa do mundo”, “autor do mundo” e “soberano do mundo” (AK VIII, 1091). Por conseguinte, a divisão tríplex no que diz respeito a Deus,

uma das três ideias transcendentais, parece ser algo padrão no modo de Kant de refletir acerca do tema.

Além disso, convém notar aqui uma flagrante dificuldade de Kant para deduzir a classificação das três provas teístas a partir das divisões quaternárias e ternárias presentes na sua tábua das categorias, tal como fizera antes para deduzir as três ideias da razão (Deus, alma e mundo). Com efeito, é curioso que Kant não usa um critério já estabelecido em tais divisões, mas introduza um novo princípio artificial para classificar as três provas teístas, o que é feito mediante uma divisão entre o *transcendental* e o *empírico*. Assim, as provas teístas são divididas em duas classes: as *provas transcendentais* (ontológica e cosmológica) e a *prova empírica* (físico-teológica) (*KrV*, B 618-619). Evidentemente, este novo critério introduzido por Kant na divisão dos argumentos teístas só reforça a crítica de artificialismo da sua classificação nesta matéria, pois introduz aqui um princípio artificial de caráter *ad hoc*.

Se isto é verdade, então significa que, em certo sentido, ao classificar os argumentos teístas, Kant não busca simplesmente fazer uma análise exaustiva dos argumentos a favor da existência de Deus que foram produzidos por outros filósofos ao longo da história. Pelo contrário, ele conforma as denominadas provas teístas ao seu sistema, com o agravante de incluir classificações *ad hoc* de tais provas teístas. Por este motivo, é possível afirmar de tal divisão o mesmo que Strawson afirma de toda a Dialética Transcendental: “é um sistema forçado e artificial demais para ser levado a sério” (STRAWSON, 1966, p. 157, *tradução própria*).

3.2 Artificialidade da divisão tríplice de Kant acerca dos argumentos teístas: crítica interna

De modo geral, pode-se dizer que Strawson tem o mérito de apontar o artificialismo de Kant quanto às divisões e classificações internas da *KrV*, as quais têm como ponto de partida a tábua dos juízos da lógica aristotélica, cuja classificação é atualmente questionável. Todavia, ele não entra no mérito de analisar o problema, propriamente dito, da oscilação entre a partição quádrupla e tríplice no que diz respeito, especificamente, à discussão das ideias transcendentais e dos argumentos teístas. O objetivo deste tópico é apresentar tal contribuição crítica a este debate.

Com efeito, na Analítica Transcendental, Kant divide as categorias em quatro classes e subdivide cada uma delas em três partes, sendo que, neste contexto da *KrV*, ele conserva, de modo estrutural e equivalente, tais divisões ternárias e quaternárias sob diversas perspectivas na tábua das categorias, dos esquemas e dos princípios puros. Contudo, na Dialética Transcendental, observa-se que Kant introduz uma variação estrutural diferente nestas duas divisões básicas, a saber: inicialmente, a divisão ternária na tábua das ideias transcendentais (alma, mundo, Deus) e, posteriormente, a subdivisão quaternária na ideia de alma e mundo, seguida da subdivisão tríplice na ideia de Deus. Em linhas gerais, tal oscilação de Kant em todas estas partições da Dialética pode ser justificada, ao menos parcialmente, com base nas partições feitas na Analítica, exceto no caso específico da divisão dos argumentos teístas – tal como explanado no tópico anterior.

Com este quadro geral em vista, o foco da presente análise é direcionado não propriamente à divisão ternária geral das ideias transcendentais (alma, mundo, Deus), mas sim à variação presente na subdivisão tríplice da ideia de Deus – i. e., dos três argumentos teístas –, que não segue o mesmo padrão da divisão quaternária das outras duas ideias (alma e mundo). As questões norteadoras desta investigação são as seguintes: por que Kant realiza uma divisão tríplice e não quádrupla dos argumentos teístas? É possível dividir os argumentos teístas de modo não tríplice?

Quanto à primeira questão, pode-se dar uma resposta negativa e dizer que Kant não faz uma divisão tríplice dos argumentos teístas baseada em alguma subdivisão ternária da sua tábua das categorias. Pois, como se viu acima, o critério que Kant usou para fazer a divisão ternária dos argumentos teístas não tem por princípio a subdivisão ternária de

qualquer uma das quatro principais categorias (quantidade, qualidade, relação, modalidade). Ao contrário disso, ele introduziu um novo princípio *ad hoc* de divisão para os argumentos teístas, o qual parte de uma divisão inicial dupla: a distinção entre o transcendental e o empírico. Na divisão transcendental ele inclui o argumento ontológico e cosmológico, e na divisão empírica ele insere o argumento físico-teológico.

A despeito deste duplo princípio usado por Kant para a classificação dos três argumentos teístas, convém fazer duas observações. Primeira: embora Kant afirme que a divisão transcendental inclua os argumentos ontológico e cosmológico, na verdade, somente o argumento cosmológico satisfaz tal critério à medida que tem como limite a experiência possível, ao passo que o argumento ontológico é de caráter transcendente – e não transcendental – à medida que extrapola os limites da experiência possível. Por conseguinte, contrariamente ao que disse Kant, ele não parte de um princípio duplo (transcendental e empírico), mas sim de um princípio triplo (transcendente, transcendental e empírico) para fazer a classificação triplíce dos argumentos teístas. Segunda: este princípio *ad hoc* que serve de ponto de partida para a classificação dos argumentos teístas é exterior à estrutura geral da *KrV*, cuja base é constituída pela divisão quaternária e ternária das categorias, uma vez que aquele princípio triplíce *ad hoc* remete, no fundo, a uma divisão geral e triplíce dos sistemas filosóficos, a saber: o racionalismo, o criticismo e o empirismo – correspondentes, respectivamente, ao princípio transcendente (ou o argumento ontológico), ao princípio transcendental (ou o argumento cosmológico) e ao princípio empírico (ou o argumento físico-teológico).

Obviamente, a partir da análise da primeira questão proposta, pode-se dizer que esta falta de correspondência entre a divisão triplíce dos argumentos teístas e a subdivisão ternária de todas as demais categorias revela enfaticamente o caráter artificial das divisões de tais provas teológicas de Kant. Porém, em defesa de Kant pode-se argumentar que sua divisão triplíce dos argumentos teístas é, na verdade, um esquema geral de provas, que visa reunir nas suas três partições uma variedade bastante ampla dos argumentos teístas até então conhecidos. Por exemplo, no argumento ontológico ele busca contemplar as variações da prova ontológica de Anselmo para estabelecer o conceito do ente originário (*ens originarium*); no argumento cosmológico, ele reúne as provas que relacionam o contingente ao necessário para determinar o ente supremo (*ens summum*); por fim, no argumento físico-teológico, ele junta as provas que vinculam a existência (*Dasein*) de ordem, finalidade, regularidade, beleza, causalidade etc. à existência (*Existenz*) de um ente de todos os entes (*ens entium*) (*KrV*, B 606-7). Apesar disso, pode-se replicar que este suposto esquema geral das provas teístas de Kant não seja realmente exaustivo, tal como ele pretendia, mas insuficiente, como pode ser talvez exemplificado, historicamente, pelas provas teístas elaboradas pelos filósofos tanto medievais como analíticos.

Quanto à segunda questão, pode-se dar uma resposta afirmativa e – paradoxalmente – com base na própria tábua das categorias de Kant, cujo resultado pode revelar a possibilidade de classificação de quatro ou mais argumentos teístas. De um lado, quanto à possível divisão quádrupla dos argumentos teístas, esta tem por base a própria divisão quádrupla das categorias (quantidade, qualidade, relação, modalidade) seguida da identificação, em cada uma delas, de uma categoria que satisfaça algum dos predicados essenciais do conceito de Deus, supostos nas provas teístas. Por exemplo: na categoria de quantidade, pode-se escolher a categoria de totalidade com o significado de representar a totalidade absoluta para assim indicar um predicado essencial do conceito de Deus; na categoria de qualidade, seleciona-se a categoria de realidade, suposta no sentido de realidade absoluta para indicar uma predicação essencial de Deus; na categoria de relação, admite-se a categoria de substância primeira por excelência para caracterizar um atributo essencial de Deus; por fim, na categoria de modalidade, assume-se a categoria de necessidade absoluta para constituir o conceito essencial de Deus. Deste modo, com base na divisão quaternária das categorias, seria possível se derivar uma divisão quádrupla da ideia de Deus e, portanto, deveriam existir quatro provas teístas a serem consideradas por Kant na Dialética Transcendental.

Por outro lado, quanto à possível divisão superior à quádrupla dos argumentos

teístas, na filosofia teórica de Kant, pode-se igualmente tomar como referência a tábua quaternária das suas categorias e identificar em cada uma delas mais de uma categoria que satisfaça o conceito de Deus. Além daquelas quatro que já foram indicadas acima, pode-se dar os seguintes exemplos que formariam, junto com aquelas, uma divisão nônupla dos argumentos teístas: na categoria de quantidade, adiciona-se a categoria da unidade (no sentido absoluto) para significar como predicado essencial a unicidade de Deus; na categoria de qualidade, inclui-se a categoria de possibilidade (absoluta) enquanto um predicado essencial que expressa a concepção de todos os mundos possíveis no conceito de Deus; na categoria de relação, junta-se a categoria de causalidade (absoluta) e de comunidade (absoluta) para indicar que Deus é a causa primeira e o autor do mundo; na categoria de modalidade, acresce-se a categoria de existência (absoluta) como predicado essencial de Deus. No limite, no contexto da tábua das categorias, o número máximo de predicados essenciais que Deus pode satisfazer equivale ao número total de categorias (i. e., doze), visto que Deus é a totalidade e nada pode estar fora dele, o que inclui nele todas as categorias do entendimento humano enquanto possibilidade e grau inferior de perfeição e realidade.

Novamente, a partir da análise da segunda questão posta, evidencia-se o artificialismo presente na classificação triplíce dos argumentos teístas de Kant à medida que ela pode ser quádrupla, nônupla, duodécima ou talvez mais além.

Historicamente, como arremate deste ponto, é oportuno destacar a crítica de Hegel a Kant na discussão dos argumentos teístas. Para Hegel, Kant limitou-se a indicar três argumentos teológicos quando, na verdade, há outras vias além destas para desenvolver uma prova teológica⁵⁻⁶. Hegel defende que o método dialético seja uma via consistente para desenvolver um novo argumento teísta mediante a reprodução neste das contradições dialéticas reveladas nas antinomias (*Enciclopédia das ciências filosóficas*, I, § 48). Em linhas gerais, a prova teísta de Hegel pode ser resumida em duas etapas: de um lado, em supor o argumento ontológico e, de outro, em usar o método dialético para inserir especulativamente Deus no momento da síntese, a título de unidade final ou síntese absoluta de todas as contradições do sistema.

O principal texto em que Hegel desenvolve o seu argumento teísta, de caráter ontológico e dialético, é na sua *Ciência da lógica* (2022 [1812]), no qual a lógica é concebida como uma metafísica e, em especial, como uma teologia. Neste livro, Hegel define a lógica como a ciência que tem por tarefa “a apresentação de Deus tal como ele é em sua essência eterna antes da criação da natureza e de um espírito finito” (*Ciência da lógica*, p. 52)⁷. Para ele, a lógica usa o método dialético para compreender o seu objeto (Deus) – o que só é possível na medida em que tal objeto tem ele próprio uma natureza dialética (*Ciência da lógica*, p. 57) – e, deste modo, inauguraria, talvez, uma prova teísta ontológica de caráter dialético e distinta das três provas listadas por Kant.

Obviamente, do ponto de vista de Kant, é ilegítimo tal procedimento especulativo de Hegel mediante o método dialético para justificar o argumento ontológico. Pois a crítica de Kant a todos os argumentos teístas em geral e que pode ser endereçada antecipadamente a Hegel – embora este a desdenhe como uma crítica trivial, tendo em vista o interesse hegeliano de criar uma metafísica especulativa (*Enciclopédia das ciências filosóficas* – I, § 51) – é a de que todos eles especulam um conceito abstrato e vazio de Deus, além dos limites do conhecimento possível. Deste modo, por mais engenhoso e amplo que seja a prova ontológica e dialética de Deus, desenvolvida por Hegel na *Ciência da lógica*, ela cai e não ultrapassa o escopo das críticas de Kant aos argumentos teístas.

Todavia, independente do sucesso ou do fracasso da prova teísta, elaborada por Hegel com base no método dialético, pode-se perceber, por meio dela, em certo sentido, não somente o artificialismo da classificação triplíce das provas teístas de Kant como também a sua possível insuficiência – tema do próximo tópico.

Como mencionado anteriormente, Richard Swinburne vê como um problema a classificação kantiana dos argumentos teístas. Ele expressa sua crítica da seguinte maneira:

Kant propôs uma classificação em três tipos de argumentos em favor da existência de Deus, a qual teve uma influência permanente e, a meu ver, longe de ser benéfica, sobre a subsequente discussão deste tópico. [...] Minha razão para defender que essa doutrina de Kant teve uma influência longe de benéfica, na discussão deste assunto, é que, por seu uso da palavra “o”, Kant tendeu a assumir que podia haver apenas um argumento de cada tipo, enquanto, de fato, pode haver claramente muitos diferentes argumentos sob cada um daqueles títulos que são tão diferentes uns dos outros, que seria enganoso chamá-los sequer de formas do mesmo argumento. (SWINBURNE, 2019, p. 36).

Nesta seção do artigo, pretende-se indicar que possivelmente Swinburne está correto em sua asserção de que há vários argumentos diferentes que se incluem nos rótulos de Kant, mas que há também muitos argumentos teístas que talvez não se encaixem na divisão que Kant afirma ser completa. Para isso, serão apresentados argumentos históricos: primeiro serão consideradas as versões medievais dos argumentos teístas, as quais poderiam ter sido consideradas por Kant e, posteriormente, será considerado o argumento cumulativo de Swinburne a favor da existência de Deus. Com estes argumentos históricos aponta-se para a insuficiência da classificação de Kant dos argumentos a favor da existência de Deus, revelando assim que a classificação dos argumentos teístas feita por Kant pode não ser uma exigência da razão, tal como ele supunha sistematicamente. Isso implica, obviamente, que a primeira premissa OKAT poderia ser rejeitada.

Uma observação importante é que, devido ao espaço e delimitação do artigo, a presente seção não irá detalhar nem defender nem criticar os argumentos teístas citados abaixo, sendo eles apenas resumidos para demonstrar a insuficiência da classificação kantiana das denominadas provas teístas, pois é esse o objetivo central deste texto.

4.1 Argumentos teístas medievais

Em termos das versões mais antigas dos argumentos teístas, a fonte mais óbvia é, sem dúvida, o filósofo medieval Tomás de Aquino. Neste filósofo se encontra uma fonte de questionamentos à classificação que Kant faz posteriormente dos argumentos a favor da existência de Deus. Afinal, o filósofo católico argumentou que “Por cinco vias pode-se provar a existência de Deus” (*Suma Teológica* I, q. 2, a. 3). Dentre estas cinco vias, apenas a terceira e a quinta parecem minimamente próximas ao que Kant critica em sua discussão teológica.

A terceira via é uma espécie de argumento cosmológico que se utiliza das noções modais de necessidade e contingência. Nisso, há uma semelhança entre o argumento de Leibniz criticado por Kant (*KrV*, B 632-625) e o argumento tomista. Já a quinta via é um tipo de argumento físico-teológico que parte da ordem do mundo para concluir que deve haver um ser inteligente que projetou e criou este mundo. Sem dúvida, algo do tipo pode ser visto na crítica de Kant ao argumento físico-teológico (*KrV*, B 648-649). Se as críticas de Kant a tais argumentos funcionam ou não, não é objetivo deste artigo responder, mas apenas reconhecer que a terceira e quinta vias de Aquino estariam incluídas no esquema tríplice das provas teístas de Kant.

Contudo, a primeira, a segunda e a quarta vias de Tomás de Aquino parecem ignoradas no trabalho de Kant que pretende refutar *todos* os argumentos a favor da existência de Deus. A primeira via trata do movimento, concluindo que deve haver um primeiro motor. A segunda via, em alguns aspectos semelhante à primeira, parte da noção de causalidade, levando à conclusão de que deve haver uma primeira causa eficiente. Já a quarta via procede dos graus das coisas, de modo que para toda perfeição no mundo deve haver um ser que é causa de tais perfeições. Uma comparação entre as descrições feitas por Kant dos argumentos teístas e as vias de Aquino, notar-se-á que nenhuma das premissas utilizadas por Aquino se encaixam na descrição de Kant. Por isso, neste sentido indicado, pode-se dizer que nenhum destes três argumentos de Aquino pode ser reduzido

ao esquema da tríplice prova teísta de Kant. Se tais argumentos tomistas funcionam ou não para demonstrar a existência de Deus, isso também não será aqui considerado. O que importa é que, entre as cinco vias de Tomás de Aquino, há três argumentos que não se encaixam, de certo modo, na classificação kantiana dos argumentos teístas, enquanto apenas dois se assemelham.

Contudo, Aquino não é a única fonte para argumentos teístas na Idade Média. O próprio Tomás elabora sua crítica ao argumento ontológico desenvolvido por Anselmo de Cantuária (*Suma Teológica* I, q. 2, a. 1). Sem dúvida, Kant tem como um de seus principais passos a crítica ao argumento ontológico. Mas fica a dúvida a respeito da aplicabilidade de suas objeções às variadas versões de tal argumento. Norman Malcolm, por exemplo, identifica dois argumentos ontológicos diferentes no *Proslogion* de Anselmo (MALCOLM, 1960, p. 41). Apesar dessa fonte textual medieval, Kant não cita Anselmo em momento algum de sua discussão acerca do argumento ontológico, contentando-se com uma crítica sarcástica a Leibniz (*KrV*, B 630).

A primeira versão do argumento ontológico de Anselmo parte da conceituação de Deus como “um ser do qual não é possível pensar nada maior” (*Proslogion* II), sem usar a categoria modal de necessidade. A partir do estabelecimento desse conceito, o bispo católico busca fazer uma *reductio ad absurdum* para levar à conclusão de que tal ser deve existir na realidade. Já a segunda versão anselmiana do argumento parte do conceito de Deus como “um ser que não admite ser pensado como não existente” (*Proslogion* III), usando agora a categoria modal de necessidade para levar à mesma conclusão. É plausível pensar que, independentemente de corretas ou incorretas, pelo menos algumas das objeções de Kant ao argumento ontológico não possam ser aplicadas adequadamente às duas versões anselmianas do raciocínio.

Ao que tudo indica, fica claro que Kant não consegue diferenciar estes dois argumentos ontológicos pelo fato de que ele pressupõe que *todo* argumento ontológico parte da ideia de Deus como *ente realíssimo* (“um ser do qual não é possível pensar nada maior”), o qual inclui toda realidade (*Realität*), e, portanto, a própria existência (*Dasein*) (*KrV*, B 624). Embora o primeiro argumento de Anselmo faça isso (*Proslogion* II), o segundo não o faz (*Proslogion* III)⁸. Como escreve Faggion a respeito desta especificidade do segundo argumento ontológico de Anselmo, “É nesse sentido que o argumento seria diferente: por ordenar as modalidades lógicas ‘necessidade’ e ‘possibilidade’” (2011, p. 78). A despeito de Faggion reconhecer que esta segunda versão da prova ontológica de Anselmo não é redutível à classificação de Kant (2011, p. 67), ela busca ainda assim reformular a objeção deste filósofo, a fim de criticar tal versão (2011, p. 79-80). Embora o presente artigo não pretenda discutir a reformulação de Faggion, sua visão apenas reforça que o argumento modal de Anselmo não pode ser reduzido à forma sistematizada por Kant, exceto por um procedimento *ad hoc*, feito pela própria autora, com a finalidade específica de ampliar a objeção de Kant ao segundo argumento ontológico de Anselmo.

Por fim, ainda na Idade Média, foi formulado o argumento cosmológico *kalam*. Em um silogismo clássico formulado por Al-Ghazali, é argumentado o seguinte: “(1) Tudo o que vem a existir tem uma causa para sua existência; (2) o Universo veio a existir; (3) logo, o Universo tem uma causa para sua existência” (CRAIG, 1979, p. 63, *tradução própria*).

Como foi visto, Kant fez sua objeção ao argumento cosmológico (*KrV*, B 632-635), e Tomás de Aquino trazia, em sua terceira via (*Suma Teológica* I, q. 2, a. 3), uma versão de tal argumento que é semelhante ao raciocínio criticado por Kant. Contudo, a versão *kalam* do argumento é bem diferente, pois nela não são utilizados os conceitos modais de necessidade e contingência que aparecem na versão de Tomás de Aquino e na de Leibniz que é criticada por Kant (*KrV*, B 632). Isso mostra que, neste sentido, o argumento *kalam* não pode ser reduzido ao esquema elaborado por Kant.

A partir desta abordagem histórica, se concluem algumas coisas. Primeiro, existem pelo menos duas versões medievais do argumento cosmológico, uma de Tomás de Aquino e uma desenvolvida no escolasticismo muçulmano. Isso significa que a expressão de Kant “a prova cosmológica” (*KrV*, B 632) é enganosa e deixa de lado o fato de que há

argumentos cosmológicos muito diferentes uns dos outros, que merecem análises distintas. Segundo, existem pelo menos duas versões diferentes medievais da prova ontológica, ambas elaboradas por Anselmo, sendo que uma parte de conceitos modais e a outra não – além dos diferentes argumentos ontológicos elaborados por Hegel e Plantinga. Assim, da mesma maneira que na consideração anterior, falar de “a prova ontológica” (*KrV*, B 630) é também enganoso, pois ignora as diferenças de cada raciocínio.

Isso por si só confirma a crítica de Swinburne de que Kant trata como um único argumento raciocínios que são muito diferentes uns dos outros, o que revela ser problemático a formulação do seu esquema redutor baseado apenas em três provas teístas. Mas pode-se acrescentar, em terceiro lugar, que existem outros argumentos teístas que simplesmente não se encaixam na classificação de Kant de tais demonstrações. Isso ocorre, de certa forma, como visto, tanto no argumento dialético de Hegel como também na primeira, segunda e quarta vias de Tomás de Aquino. Percebe-se, portanto, que longe de dizer algo “evidente e conclusivo” (*Prol AA04*: 348), a classificação de Kant dos argumentos teístas afigura-se insuficiente para lidar com a bibliografia produzida alguns séculos antes de sua atuação filosófica. Por consequência, dada a possível insuficiência da divisão de Kant das provas teístas, é questionável a afirmação de que “A primeira prova é a *físico-teológica*, a segunda é a *cosmológica*, e a terceira é a *ontológica*. Não há nem pode haver um número maior de provas” (*KrV*, B 619, *grifos do autor*).

4.2 O argumento cumulativo de Richard Swinburne

Uma das principais defesas da existência de Deus na filosofia analítica da religião é o argumento cumulativo formulado por Richard Swinburne. Tal argumento, formulado na obra *A Existência de Deus* tem caráter indutivo e combina uma série de microargumentos que, juntos, levariam à conclusão de que a existência de Deus é mais provável do que não (SWINBURNE, 2019, p. 376). Nesse sentido, o filósofo teísta pretende colocar os argumentos teístas “em uma forma mais próxima do raciocínio científico moderno” (PORTUGAL, 2011, p. 23). Não importa nesta seção a questão de saber se os argumentos de Swinburne têm sucesso ou se são um fracasso; afinal de contas, o objetivo aqui é demonstrar que o quadro cumulativo formulado por ele mostra que argumentos indutivos acumulados têm uma variedade tão grande de raciocínios que não podem ser comportados pela classificação triplíce dos argumentos teístas, elaborado por Kant.

Após realizar uma discussão metodológica acerca de argumentos indutivos, dialogando com a filosofia da ciência desenvolvida por Carl Hempel (1966), Swinburne esclarece seu objetivo: demonstrar que a conjunção entre vários argumentos indutivos pode levar à conclusão de que a existência de Deus é mais provável que não. Feito isso, ao discutir a probabilidade intrínseca do teísmo, Swinburne é levado à conclusão de que, relativamente a outras hipóteses concorrentes, é uma probabilidade alta, dada a simplicidade de tal hipótese (2019, p. 137).

Feito isso, são iniciadas as considerações acerca dos argumentos propriamente ditos. O primeiro abordado por Swinburne é uma versão indutiva do argumento cosmológico (2019, p. 163), defendendo que a existência do universo pode ser melhor explicada no caso de Deus existir do que no caso de sua não existência. Depois, ele aborda vários argumentos teleológicos – que são chamados por Kant de “argumento físico-teológico” – para argumentar, com base nas teorias da física contemporânea, que eles são conjuntamente um poderoso argumento indutivo a favor da existência de Deus (2019, p. 220). O filósofo teísta ainda aborda argumentos da consciência, utilizando-se de um dualismo de substância (2019, p. 240-242), e da consciência moral (2019, 246-250).

Posteriormente, Swinburne ainda faz o que ele chama de “argumento da providência” (2019, p. 251), o qual parte da ideia de que a liberdade humana para agir moralmente bem é mais bem explicada pelo teísmo do que por sua negação. Ele considera

ainda o problema do mal, admitindo que ele diminui a probabilidade do teísmo (2019, p. 300). Contudo, ele defende ainda que existem bons indícios históricos de milagres (2019, p. 322-325), além da necessidade de explicar as experiências religiosas (2019, p. 360). Estes últimos argumentos, isoladamente, não têm força alguma, mas Swinburne crê que, tomados em conjunto com toda a discussão anterior, eles adicionam alguma probabilidade ao teísmo. O resultado final se torna, portanto, que “Com base na totalidade de nossos indícios, o teísmo é mais provável que não” (SWINBURNE, 2019, p. 376).

Obviamente, é possível que o raciocínio de Swinburne não funcione como ele realmente acredita. A exposição de seu argumento cumulativo neste artigo não visa demonstrar que tal argumento é verdadeiro e deve ser aceito, pois essa não é a questão do presente artigo. Assim, independentemente do sucesso ou do fracasso de Swinburne, o que se evidencia é que há muito mais que três argumentos a favor da existência de Deus. Portanto, a classificação de Kant dos argumentos teístas não é, como ele pensava, uma exigência da razão. Pelo contrário, tal classificação revela-se problemática e, por conta disso, a primeira premissa da OKAT poderia ser rejeitada.

Inicialmente, foi feita a apresentação geral da tríplice prova teístas de Kant, na Dialética Transcendental (*KrV*, B 619), no decurso da qual se elaborou de modo autoral a estrutura geral dos seus três argumentos por meio de OKAT, cuja primeira premissa reproduz a tese de Kant de que, sistematicamente, há somente três provas possíveis para a existência de Deus. Posteriormente, foram revelados dois problemas na classificação de Kant das provas teístas. O primeiro problema é a artificialidade de tal divisão, sendo tal artificialidade algo comum a vários estágios da *KrV*, tal como revelado nas análises de Strawson, Hegel e dos autores deste trabalho. Este problema leva a uma desconfiança epistêmica para com a classificação de Kant, mas ainda não elimina completamente a possibilidade de que ela seja verdadeira.

Já o segundo problema da divisão tríplice dos argumentos teístas é relativo à sua insuficiência, visto que, do ponto de vista histórico, ela não parece ser suficiente para abarcar a variedade dos argumentos a favor da existência de Deus. Conforme foi indicado, na Idade Média (Aquino, Anselmo, Al-Ghazali) e na filosofia analítica (Swinburne, Plantinga), há outras provas teístas que possivelmente não estão incluídas no sistema artificial e tríplice moldado por Kant. Após notar este segundo problema, pode-se concluir que ele implica questionar, em princípio, que há uma imprecisão na afirmação de Kant de que não podem haver mais que três argumentos teístas (*KrV*, B 619).

É importante notar, contudo, que este artigo não está afirmando que os argumentos teístas efetivamente funcionam para demonstrar que Deus existe. Pois tais argumentos não precisam ser bem-sucedidos para que a classificação de Kant se mostre problemática; eles precisam ser apenas possíveis⁹. Assim, ao considerar-se OKAT, visto acima, percebe-se que a conclusão de que a existência de Deus não pode ser demonstrada depende diretamente da classificação tríplice dos argumentos teístas, a qual foi questionada neste artigo por argumentos tanto sistemáticos (vistos internamente na própria estrutura da *KrV*) como históricos (vistos externamente nos argumentos teístas de outros filósofos). Com base em tal estrutura lógica da objeção de Kant, pode-se dizer que, se ele não fez uma classificação suficiente para abarcar a variedade dos argumentos teístas – tal como aqui argumentado –, então isso implica na falsidade da primeira premissa do seu argumento. Em suma, considerando tanto os autores aqui estudados como a contribuição própria feita mediante a elaboração de OKAT e a análise crítica das partições internas da *KrV*, pode-se concluir, quanto à classificação tríplice das provas teístas, que ela apresenta problemas históricos e sistemáticos relativos ao possível artificialismo e insuficiência das suas classificações e provas teístas, de modo que Kant estava provavelmente equivocado ao afirmar que seu trabalho acerca das provas da existência de Deus era “compreensível, evidente e conclusivo” (*Prol* AA04: 348).

REFERÊNCIAS

- ANSELMO. *Monológio; Proslógio*. Trad. Angelo Ricci. 2º Edição. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*, Vol. 1. Trad. Alexandre Correia. Campinas: Ecclesiae, 2018.
- CIRNE LIMA, Carlos R. A lógica do absoluto. *Síntese*. V. 20, n. 63, p. 499-532, 1993. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1296>. Acesso em: 04 abr. 2023.
- CRAIG, William Lane. *The Kalam Cosmological Argument*. London: MacMillan, 1979.
- CUNHA, Bruno. Estudo introdutório. In: KANT, Immanuel. *Lições sobre a doutrina filosófica da religião*. Trad. Bruno Cunha. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2019. (Coleção Pensamento Humano).
- FAGGION, Andrea L.B. Refutação do Argumento Ontológico, ou Filosofia Crítica Versus Filosofia Dogmática. *Veritas*, Porto Alegre, v. 56, n. 2, p. 64-83, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/8282>. Acesso em 19 jan. 2023.
- FICHTE, Johann G. *A doutrina da ciência de 1794*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- HEGEL, Wilhelm F. *Ciência da lógica: 1- A doutrina do ser*. Petrópolis: E. Vozes; Bragança Paulista: Ed. Universitária S. Francisco, 2016.
- HEGEL, Wilhelm F. *Enciclopédia das ciências filosóficas: I- A ciência da lógica (1830)*. São Paulo: Ed. Loyola, 1995.
- HEMPEL, Carl G. *Philosophy of Natural Science*. Princeton: Prentice-Hall, 1966.
- HÖSLE, Vittorio. *O Sistema de Hegel: o idealismo da subjetividade e o problema da intersubjetividade*. São Paulo: Ed. Loyola, 2007.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. 2º Edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. 4º Edição. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.
- KANT, Immanuel. *Lições sobre a doutrina filosófica da religião*. Trad. Bruno Cunha. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2019. (Coleção Pensamento Humano).
- KANT, Immanuel. *Prolegômenos a toda metafísica futura*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.
- KANT, Immanuel. *Prolegômenos a qualquer metafísica futura*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.
- LOPARIC, Zeljko. *A semântica transcendental de Kant*. 3º Edição. Campinas: Unicamp, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2005.
- MALCOLM, Norman. Anselm's Ontological Arguments. *Philosophical Review*, Durham, v. 69, n. 1, p. 41-62, 1960.
- MANDELI, Alison Vander. Comentários sobre a crítica de Kant ao argumento ontológico. In: TOLLETO, Milene Consenso; PINZANI, Alessandro (orgs). *Investigações kantianas II: novas vozes*. Florianópolis: NEFIPO, 2013. (Nefionline).
- MORTARI, Cezar A. *Introdução à Lógica*. 2º Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- NICOLAU, Marcos F. A. A ciência da lógica no sistema hegeliano. *Kinesis*, Vol. II, nº 03, p. 144 – 156, Abril-2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/4342>. Acesso em: 04 abr. 2023.
- PLANTINGA, Alvin. *Deus, a liberdade e o mal*. Trad. Desidério Murcho. São Paulo: Vida Nova, 2012.
- PLANTINGA, Alvin. *The Nature of Necessity*. New York: Oxford University Press, 1974.
- PLANT, Raymond. *Hegel: Sobre religião e filosofia*. Trad. Oswaldo Giacóia. São Paulo: Unesp, 2000.
- PORTUGAL, Agnaldo Cuoco. Fé, razão e salto no escuro: uma comparação entre Alvin Plantinga e Richard Swinburne. *Veritas*, Porto Alegre, v. 56, n. 2, 2011, p. 18-31. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/9935>. Acesso em 19 jan. 2023.
- STRAWSON, P. F. *The Bounds of Sense: an essay on Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Routledge, 1966.
- SWINBURNE, Richard. *A existência de Deus*. Trad. Agnaldo Cuoco Portugal. 2º Edição. Brasília, DF: Academia Monergista, 2019.
- WOOD, Allen. *Kant's Rational Theology*. New York: Cornell University Press, 1978.

NOTAS

- 1 Há uma discussão terminológica acerca do uso de “argumentos teístas” ou “provas teístas”. Embora Kant, criticando tais argumentos, utilize o termo “prova” constantemente, defensores contemporâneos de tais argumentos costumam não usar tal termo. Plantinga, por exemplo, após terminar sua defesa do argumento ontológico modal, afirma que ele não prova a existência de Deus, mas apenas mostra a racionalidade da crença teísta (1974, p. 221). Para evitar discussões terminológicas adicionais, e a fim de respeitar a terminologia kantiana, o presente artigo irá utilizar “argumento” e “prova” sinonimicamente, com o significado lógico de argumento: “Um argumento é um conjunto (não vazio e finito) de sentenças, uma das quais se chama de conclusão, as outras de premissas, e pretende-se que as premissas justifiquem, garantam ou deem evidência para a conclusão” (MORTARI, 2016, p. 21).
- 2 Apesar de Faggion (2011) e Mandeli (2013) terem semelhanças interpretativas acerca da objeção de Kant ao argumento ontológico, eles divergem entre si à medida que a primeira faz uma defesa da refutação de Kant, ao passo que o último faz uma crítica a Kant neste ponto.
- 3 Deve ser assinalada a existência de críticas à própria disposição de categorias feita por Kant. Afinal, a tábua das categorias elaborada por ele é baseada em sua tábua dos juízos, a qual é sujeita a críticas de natureza lógica. Com base em tais críticas, se pode talvez dizer que a própria disposição de tais tábuas é ela mesma artificial e problemática. – p. ex., o fato de que Kant distingue os juízos hipotéticos e disjuntivos, ao passo que a lógica simbólica os torna equivalentes com a ajuda de suas negações, o que reduziria o número de categorias de Kant de doze para onze. Para mais informações sobre tais críticas lógicas, ver Strawson (1966, p. 79-80).
- 4 Convém notar que Fichte e Hegel criticavam este princípio lógico usado por Kant para estabelecer a tábua das categorias por ser exterior à própria Filosofia e emprestado à Lógica, sendo que, para eles, tal princípio deve ser interno a própria Filosofia, sendo identificado por Fichte ao Eu (Doutrina ciência de 1794, § 4, B), e por Hegel ao Ser (Enciclopédia das ciências filosóficas – I, § 42).
- 5 A crítica de Hegel a Kant, no contexto das ideias transcendentais, é mais ampla e consiste em três pontos principais: 1) Kant se limitou “a só citar apenas quatro antinomias”; 2) ele também se contentou “em colocar simplesmente o objeto sob um esquema [a tábua das categorias] aliás já pronto, em vez de derivá-lo ao conceito”; 3) por fim, mais importante, “que não é só nos quatro objetos particulares da Cosmologia que a antinomia se encontra; mas antes em todos os objetos de todos os gêneros, em todas as representações, conceitos e ideias” (Enciclopédia das ciências filosóficas, I, 48).
- 6 Höhle afirma que, para Hegel, as três provas teístas de Kant são apenas casos especiais, “de modo que seriam pensáveis também outras provas de Deus” (2007, p. 218-9).
- 7 Vários comentadores discutem se a concepção de Deus de Hegel é a do panteísmo ou do panenteísmo: a primeira diz que Deus é imanente ao mundo, e a segunda afirma que ele é tanto imanente como transcendente (Cirne Lima, 1993; Plant, 2000; Nicolau, 2010).
- 8 O texto principal desta seção se concentra nos argumentos teístas medievais. Contudo, pode-se fazer a observação de que, na contemporânea filosofia analítica da religião, há novas formulações do argumento ontológico, sendo a principal delas a que foi feita por Alvin Plantinga (1974, 2012). Seu trabalho aplica teorias da lógica modal e do essencialismo ao argumento, utilizando-se da semântica de mundos possíveis, constituindo assim mais um argumento ontológico diferente dos outros dois.
- 9 Isso é confirmado pelo fato de que a classificação de Kant das provas teístas utiliza argumentos que, de acordo com ele, não funcionam. Então tais argumentos não precisam ser bem-sucedidos para constarem na classificação. Isso demonstra que a mera possibilidade de outros argumentos além dos considerados por Kant já demonstra a insuficiência da sua classificação de tais provas.